

Dossiê**A internacionalização da universidade: tensões entre competição e colaboração à luz da interculturalidade crítica**

Flávia Kruk Faot e Lindomar Wessler Boneti

Flávia Kruk Faot

Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Curitiba,
PR, Brasil.

E-mail: flaviakf123@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2276-0823>

Lindomar Wessler Boneti

Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Curitiba,
PR, Brasil.

E-mail: boneti.lindomar@pucpr.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1028-4046>

Artigo recebido em 11 de janeiro de 2025 e aprovado para
publicação em 26 de março de 2025
DOI: <https://doi.org/10.33871/nupem.2025.17.41.10188>

Resumo: Objetivamos, com este estudo, investigar de que forma as políticas brasileiras voltadas à Educação Superior caracterizam e interpretam a internacionalização. Partindo de uma descrição do cenário contemporâneo e o levante da hegemonia neoliberal e de globalização, buscamos desvelar as diferenças entre o viés colaborativo e competitivo na internacionalização. Posteriormente, analisamos políticas como o PNE e os Programas CsF, IsF e Capes-PrInt. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental com foco qualitativo. Concluímos que, nos documentos analisados, prevalece uma concepção de internacionalização guiada pelo favorecimento de intercâmbios que possibilitem a inclusão da produção científica e tecnológica brasileira na competitividade global com um papel de maior destaque.

Palavras-chave: Internacionalização; Universidade; Mercantilização; Interculturalidade.

The internationalization of the university: tensions between competition and collaboration in light of critical interculturality

Abstract: The aim of this study is to investigate how Brazilian policies aimed at Higher Education characterize and interpret internationalization. Starting from a description of the contemporary scenario and the rise of neoliberal hegemony and globalization, we seek to reveal the differences between a collaborative and competitive vision of internationalization. Subsequently, we analyze policies such as the PNE and the CsF, IsF and Capes-PrInt Programs. From a methodological point of view, this is a bibliographic and documentary research with a qualitative focus. We conclude that what prevails in the analyzed documents is a conception of internationalization guided by the favoring of exchanges that enable the inclusion of Brazilian scientific and technological production in global competitiveness with a more prominent role.

Keywords: Internationalization; University; Commodification; Interculturality.

La internacionalización de la universidad: tensiones entre competencia y colaboración a la luz de la interculturalidad crítica

Resumen: Con este estudio, pretendemos investigar cómo las políticas brasileñas dirigidas a la Educación Superior caracterizan e interpretan la internacionalización. A partir de una descripción del escenario contemporáneo y del ascenso de la hegemonía neoliberal y la globalización, buscamos revelar las diferencias entre el enfoque colaborativo y competitivo en la internacionalización. Posteriormente, analizamos políticas como el PNE y los Programas CsF, IsF y Capes-PrInt. Desde el punto de vista metodológico, se trata de una investigación bibliográfica y documental con enfoque cualitativo. Concluimos que, en los documentos analizados, prevalece una concepción de internacionalización orientada a favorecer intercambios que permitan la inclusión de la producción científica y tecnológica brasileña en la competitividad global con un papel más destacado.

Palabras clave: Internacionalización; Universidad; Mercantilización; Interculturalidad.

Introdução

À universidade foi conferida uma gênese firmada por agentes de múltiplos países congregados em espaços de construção coletiva do conhecimento. Todavia, é na contemporaneidade, marcada pela globalização e proximidade, interdependência e competição entre nações em uma magnitude singular, que a discussão acerca da internacionalização da Educação Superior, como processo intencional e significativo para as instituições, ganha forças (Santos; Almeida Filho, 2012).

Diante da multiplicidade de experiências proporcionadas pela globalização em uma escala planetária, a própria internacionalização da Educação Superior apresenta perfis de materialização muito diferentes: seus conceitos, configurações e intencionalidades estão em constante disputa. Nesse sentido, contrapõem-se ideais de colaboração mútua e desenvolvimento coletivo em prol do bem comum e da melhoria dos processos educativos de maneira equitativa, o que comporta uma perspectiva intercultural crítica, com noções neoliberais de mercantilização da educação e subserviência à manutenção do sistema hegemônico (Altbach; Knight, 2007; Azevedo, 2015; Knight, 2020).

Essas perspectivas conflitantes, em conjunto com rationalidades econômicas, políticas, sociais e econômicas diversas, influenciam ações governamentais voltadas à internacionalização (Knight, 2020). Em vista dessa problemática, este estudo busca responder à seguinte questão: as políticas de internacionalização da Educação Superior brasileira adotam uma perspectiva crítica e intercultural ou estão subordinadas à lógica da mercantilização? Para isso, analisamos as diretrizes e programas nacionais que orientam esse processo.

Para atender o que foi proposto neste estudo¹, seguimos uma abordagem qualitativa, pois buscamos compreender um fenômeno social em sua complexidade, considerando, para tal, as dinâmicas e significados presentes no contexto e relevantes para interpretação do objeto de estudo (Bogdan; Biklen, 1994).

No que tange ao procedimento de coleta de dados, realizamos uma pesquisa documental. Nesse sentido, utilizamos como fonte de dados legislações brasileiras sobre a temática em estudo, visto que fornecem informações significativas para compreensão de determinados aspectos históricos, sociais, políticos ou culturais do período investigado (Gil, 2002).

Partimos da descrição do cenário contemporâneo, em que se construiu uma hegemonia neoliberal em escala global que repercute na centralidade do mercado e da competição na vivência humana, ao passo que, como contraponto, cresce o reconhecimento e o levante das identidades subjetivas que compõem a pluralidade social. Para essa discussão, nos fundamentamos em autores como Castells (2016), Harvey (1992; 2014), Laval (2004), Dias Sobrinho (2002), Dardot e Laval (2016), Boneti (2018, 2024), Walsh (2001, 2010), Bauman (1998) e Caudau et al. (2013).

Em seguida, trabalhamos com a definição do conceito de internacionalização construído diante do contexto atual, dando ênfase na diferenciação entre um movimento com viés colaborativo e a subjugação

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

da universidade às demandas mercadológicas e de competitividade em escala global, a partir das perspectivas de Santos e Almeida Filho (2012), Altbach e Knight (2007), De Wit e Hunter (2015), Knight (2003; 2020; 2015) e Azevedo (2015).

Por fim, compreendemos como relevante, no escopo deste estudo, brevemente analisar políticas articuladas com a internacionalização da Educação Superior na realidade brasileira. Para tal esforço, foram selecionados os seguintes documentos: Lei n. 13.005/2014 (Brasil, 2014a), Decreto n. 7.624/2011 (Brasil, 2011), Portarias n. 30/2016 (Brasil, 2016), e n. 220/2017 (Brasil, 2017).

Após a organização dos documentos elencados, realizamos uma análise de conteúdo à luz de Bardin (2016), mediante a identificação das seguintes categorias temáticas: o conceito de internacionalização, menções de interculturalidade e aproximações a uma lógica de mercado.

Alicerçados em uma reflexão crítica e análise de conteúdo a partir das temáticas, esperávamos identificar as concepções explícitas ou implícitas conferidas aos processos de internacionalização da educação no contexto brasileiro, discutindo menções (ou apagamentos) da interculturalidade e suas vertentes à luz de Walsh (2010) e possíveis aproximações a uma visão mercadológica dos processos educativos.

Em uma leitura e análise individual, identificamos as tratativas de cada documento perante as categorias temáticas foco deste estudo. Após esse movimento, os resultados encontrados foram sistematizados e articulados, buscando encontrar padrões, aproximações, distanciamentos e lacunas nas políticas em questão, enquanto, simultaneamente, também eram articulados e analisados com base na construção teórica elaborada anteriormente. Esperávamos, com esse processo, realizar uma análise interpretativa mais aprofundada, gerando sentidos (Shiroma; Campos; Garcia, 2005).

A globalização, o neoliberalismo e a universidade: caminhos de uma interculturalidade funcional

Uma dinâmica econômica permeada pela acumulação e certa fluidez do capital entre nações não é uma adição recente à história. Contudo, somente mediante o advento das tecnologias de informação e comunicação ocorrido próximo à virada do segundo milênio que tornou-se possível atingir uma economia verdadeiramente globalizada (Castells, 2016).

Em decorrência dessas inovações, foram estreitadas as distâncias temporais e geográficas e gerada uma fluidez mercadológica de magnitude sem precedentes (Harvey, 1992). Instaurou-se, assim, uma economia global “cujos componentes centrais têm a capacidade institucional, organizacional e tecnológica de trabalhar em unidade e em tempo real, ou em tempo escolhido, em escala planetária” (Castells, 2016, p. 156).

Nesse sentido, forma-se um ciclo produtivo acelerado e fragmentado, distribuído entre nações cada vez mais interdependentes, que, ao mesmo tempo, competem pela hegemonia político-econômica e enfrentam ou se favorecem das disparidades ocasionadas por esse sistema (Harvey, 1992; 2014; Castells, 2016).

A globalização está associada a uma lógica política neoliberal, baseada no livre mercado, na propriedade privada e na autonomia do indivíduo empreendedor, o que impacta a relação entre Estado e

sociedade (Harvey, 2014). Nesse contexto, o poder público se restringe à garantia da propriedade privada e à manutenção de um ambiente favorável ao mercado, sem interferência direta em sua dinâmica.

Ademais, mediante a disseminação do ideário neoliberal nas estruturas governamentais, “o Estado deixa de proporcionar o bem-estar social” (Harvey, 2014, p. 181). Em síntese, é isento da responsabilidade perante a garantia dos direitos dos indivíduos, com exceção, é claro, do direito à propriedade privada e à taxa de lucro. Dessa forma, as esferas sociais ficam à disposição de apropriação por parte da iniciativa privada e tornam-se comercializáveis (Laval, 2004).

As consequências da globalização e mercantilização também são percebidas nos níveis educacionais mais elevados. Uma das facetas desse processo é a aproximação das universidades à lógica empresarial. Apesar do resguardo das funções de formação, produção de conhecimento e o desenvolvimento societário, os sentidos e objetivos dessas ações são guiados pelas voláteis demandas mercadológicas, priorizando o aumento da produtividade, a redução dos custos e a satisfação dos estudantes/consumidores, enquanto se afasta de uma formação geral voltada à autonomia (Dias Sobrinho, 2002; Laval 2004).

Ainda, os produtos da universidade passam a ser medidos de maneira quantitativa “através dos indicadores de eficiência e produtividade e classificáveis ordinalmente, podendo ser comparados com resultados de outros países no campeonato da competitividade mundial” (Dias Sobrinho, 2002, p. 65).

Diante disso, a educação torna-se um investimento de capital. O retorno é claro: imputa a cada indivíduo a responsabilidade perante a construção de sua própria cidadania e êxito socioeconômico, favorecendo, para tal, “à assimilação e adoção de valores compatíveis com a sociedade moderna, industrializada, urbana, de consumo e de capacitação para o trabalho” (Boneti, 2018, p. 36). Em outras palavras, os processos educativos servem como forma de adaptação dos homens ao contexto neoliberal e à centralidade da concorrência generalizada na vida social e individual (Dardot; Laval, 2016).

À luz desse cenário, a relação entre sujeitos e culturas instaurada nos espaços educacionais configura-se como uma consequência das mudanças socioeconômicas características da contemporaneidade, e, assim como elas, serve ao projeto capitalista global. Mediante a dinâmica de interculturalidade funcional, a diversidade cultural é reconhecida e inserida nos espaços sociais a partir de uma mentalidade de coexistência, sem, entretanto, qualquer consideração ou questionamento acerca das relações de poder construídas historicamente e de desigualdades que geram a marginalização de determinados grupos (Walsh, 2010).

A pós-modernidade e os movimentos sociais: a contraposição

A construção da hegemonia vigente na contemporaneidade, que elenca o mercado como lógica normativa generalizada e molda desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade humana, herda e ressignifica preceitos originados na modernidade (Dardot; Laval, 2016).

Consoante ao projeto moderno, os homens, antes moldados e controlados pelas imposições da Igreja, agora indivíduos livres e iguais, poderiam desvelar o mundo a partir da racionalidade, com vistas

ao desenvolvimento de uma ciência objetiva e técnica infalível, capazes de alcançar uma verdade universal em prol da emancipação e enriquecimento da vida humana (Harvey, 1992).

Em outras palavras, a modernidade, ao longo dos séculos, construiu-se positivista, tecnocêntrica e racionalista. Nessa dinâmica, ao caracterizar o progresso da humanidade como algo linear e que deveria ser atingido por todos, abriu espaço para o avanço de políticas e comércios entre nações, justificando essas e outras intervenções como uma forma benevolente de os países desenvolvidos estimularem a modernização do terceiro mundo, considerado atrasado e primitivo (Harvey, 1992).

A partir desses preceitos, eram confeccionadas grandes narrativas, que buscavam explicações universais, abrangentes e estruturalistas sobre a sociedade e as vivências humanas. Seguindo as hierarquias, normas, valores, cultura e epistemologia impostos pelo sistema ideológico ideal, os sujeitos seriam levados a uma utopia ordenada (Bauman, 1998).

Como previamente mencionado, no contexto neoliberal, os fundamentos modernos são adaptados. A razão que guia as ações humanas passa a ser a do mercado, fazendo com que o marco para o progresso humano torne-se o desenvolvimento econômico (Dardot; Laval, 2016).

Além disso, é possível inferir que, no capitalismo global, está instituída uma noção homogeneizante, tal qual a concepção de verdade universal e de progresso linear observada na modernidade. Claramente, se o mercado se beneficiaria de uma produção massificada, espera-se uma certa padronização no âmbito cultural – assimilando os hábitos de consumo de todas as nações (Boneti, 2024).

Entretanto,

ao mesmo tempo em que o projeto do capitalismo mundial se fortalece e se torna agressivo em suas estratégias de expansão dos ganhos econômicos, com abertura de novos mercados consumidores e de trabalho qualificado (para quem a homogeneidade cultural e de habilidades técnicas é de extrema valia), fortalece-se a busca da singularidade, a valorização da diferença e da individualidade com a redescoberta da socialização da produção e da vida em comunidade, de formas alternativas de sobrevivência, de diferentes organizações da sociedade civil (Boneti, 2024, p. 68).

Destarte, pode-se dizer que o individualismo que isenta o Estado da obrigação de assegurar os direitos humanos e imputa em cada sujeito a responsabilidade perante a própria subsistência e êxito socioeconômico em uma perspectiva meritocrática, torna-se também motor para o reconhecimento das subjetividades plurais que compõem a sociedade.

As incongruências entre as promessas emancipatórias da modernidade e a realidade desigual e em crise que se instaurou ao longo do tempo histórico fomentou o surgimento de um olhar pós-moderno. Nessa concepção, a heterogeneidade é elencada como uma força libertadora na construção de novos discursos culturais. Com o reconhecimento da fragmentação e indeterminação da vivência humana, as narrativas totalizantes, que buscavam explicações abrangentes e universais, são questionadas (Harvey, 1992).

Essa fragmentação se traduz, também, no reconhecimento da pluralidade. Nesse sentido, compreendemos a cultura como “um fenômeno plural e multiforme, [que] configura profundamente nosso modo de ser e de situar-nos no mundo, bem como a maneira como cada grupo humano organiza a vida” (Candau et al., 2013, p. 36). Logo, uma expressão cultural dita correta e singular não existe.

Pelo contrário, são estabelecidas inter-relações entre as múltiplas culturas e identidades existentes, que favorecem o constante processo de produção e transformação das vivências, sentidos e interpretações coletivas das vivências humanas (Candau et al., 2013). Essas relações podem assumir diversas formas, porém, compreendemos, neste estudo, essa interculturalidade como “um processo dinâmico e permanente de relação, comunicação e aprendizagem entre culturas em condições de respeito, legitimidade mútua, simetria e igualdade” (Walsh, 2001, p. 10, tradução nossa).

Nessa perspectiva, são reconhecidas as estruturas de poder em que se constroem as diferenças. E, dessa forma:

a interculturalidade é entendida como uma ferramenta, um processo e um projeto que se constrói a partir das pessoas – e como uma demanda da subalternidade –, em contraste com a interculturalidade funcional, que é exercida de cima para baixo. A interculturalidade crítica sustenta e exige a transformação das estruturas, instituições e relações sociais, bem como a construção de condições diferentes de ser, estar, pensar, conhecer, aprender, sentir e viver (Walsh, 2010, p. 77, tradução nossa).

Portanto, não se trata do reconhecimento ou inclusão do que é diferente nas estruturas existentes, e muito menos de uma forma de servir ao projeto capitalista. É o questionamento, e, mais importantemente, a “necessidade de mudar não apenas as relações, mas também as estruturas, condições e dispositivos de poder que mantêm a desigualdade, inferiorização, racialização e discriminação” (Walsh, 2010, p. 79, tradução nossa).

A internacionalização da Educação Superior: entre a colaboração e a competição

Como previamente mencionado, apesar de uma gênese firmada na congregação de múltiplos agentes de diversos locais em prol da construção do conhecimento, a universidade internacionalizada tornou-se um tópico de maior destaque na contemporaneidade. De acordo com Santos e Almeida Filho (2012, p. 57):

Esta inevitabilidade histórica com a qual as universidades estão hoje confrontadas – a de, seja qual for o caminho ou os estímulos a que respondem, ou qualquer outra possível consideração de natureza política ou ideológica, de origem ou de antiguidade, de localização geográfica ou de opção estratégica, elas se abrem à cooperação e colaboração internacionais como quem marca encontro final com o destino, para o qual, aliás, vêm sendo preparadas ao longo dos séculos –, reforça, no século XXI uma característica universitária que vem desde a Idade Média, afirmando a internacionalização como uma invariância do sistema e confirmando-a como uma evolução específica que está a ponto de se transformar, quase mil anos após a fundação das suas pioneiras e mais venerandas concretizações, na quarta missão da universidade.

Sob essa perspectiva de progressão linear e universalidade dos fenômenos universitários, a internacionalização da Educação Superior seria inevitável, cabendo às instituições aceitarem-na e favorecerem a concretização de “uma agenda autônoma de diplomacia cultural universitária, contribuindo para a criação de um espaço alargado, transnacional, de conhecimento” (Santos; Almeida Filho, 2012).

Entretanto, torna-se essencial reconhecer que, apesar de inegável a crescente relevância da internacionalização da Educação Superior mediante as condições próprias do contexto atual, os conceitos, objetivos e formas de materialização desse processo no cotidiano universitário dependem de múltiplas escolhas (Altbach; Knight, 2007). Logo, buscaremos compreender como é caracterizada a internacionalização, e, mais importantemente, quais são suas implicações nos espaços educativos mais elevados.

Considerando a diversidade de concepções e intuições atribuídos à internacionalização em diferentes países, regiões e instituições, guiadas por rationalidades políticas, econômicas, socioculturais e acadêmicas (De Wit; Hunter, 2015), Knight (2020, p. 26) evidenciou a importância de se estabelecer uma definição “neutra e isenta de motivações, benefícios e resultados”. Nesse contexto, a autora define a internacionalização da Educação Superior como “o processo de integração de uma dimensão internacional, intercultural ou global na finalidade, nas funções ou na oferta de instituições e sistemas de educação pós-secundária” (Knight, 2003, p. 2, tradução nossa).

Em outras palavras, podemos compreender a internacionalização como a relação entre países e, também, entre a diversidade existente dentro de uma mesma nação, o que demanda uma interculturalidade em escala global. Por consequência, esse processo pode gerar mudanças no papel da Educação Superior de modo geral, na missão de uma determinada instituição e nas maneiras como o oferecimento de vagas nesse nível educacional ocorre (Knight, 2020).

O crescente envolvimento dos diversos países na dinâmica de internacionalização da Educação Superior não ocorreu por acaso. De acordo com Altbach e Knight (2007), esse processo está articulado com a globalização. Considerando o modo como esse processo tende a concentrar a riqueza, o conhecimento e o poder nos países que já são ricos, são favorecidos os sistemas e instituições mais desenvolvidos, agravando as desigualdades. Dessa forma, de modo geral, a internacionalização tem se tornado um comércio, que se beneficia da mobilidade entre nações de pessoal acadêmico e científico e da mercantilização dos processos educativos.

Como apontam os autores:

A internacionalização é uma via de mão dupla – por exemplo, os estudantes se deslocam majoritariamente do sul para o norte – e atende a importantes necessidades do mundo em desenvolvimento. No entanto, o norte controla amplamente o processo. O foco está na movimentação transfronteiriça de estudantes e de programas e instituições de ensino superior – um grande negócio para universidades e outros fornecedores –, no crescente mercado internacional de pessoal acadêmico e científico, na internacionalização curricular e na comercialização do ensino superior internacional, com destaque para a crescente influência do setor de educação superior com fins lucrativos (Altbach; Knight, 2007, p. 291, tradução nossa).

Em um viés mais crítico ao processo descrito por Altbach e Knight (2007), Azevedo (2015, p. 62) desvela que:

As pressões de performance (ditadas pelas agências de avaliação e por organizações internacionais – OCDE, Banco Mundial, Comissão Europeia...), a privatização, a despublicização, a mercadorização (em nível global) da educação terciária e as políticas de estímulo à pesquisa e à inovação competitivas, que pragmaticamente objetivam a formação da economia baseada no conhecimento, [...] perturbam, sobremaneira, o campo da educação superior, pois afetam o espírito do jogo, a disputa correta, as relações justas, a mutualidade, a cooperação e, também, o respeito às regras.

Nessa perspectiva, por afinidade e correspondência, apenas aqueles atores que já estão inseridos em uma determinada dinâmica global ditam as regras. Às nações com menos poder de barganha, caberia a ocupação de espaços multinacionais já estabelecidos por pares homólogos “submetidos a testes de performances, benchmarkings e tábuas de rankings e indicadores” (Azevedo, 2015, p. 63).

Portanto, pode-se dizer que a globalização representou uma mudança das motivações perante a internacionalização da Educação Superior, fazendo com que ela deixasse de ser guiada pela cooperação entre nações para um processo que se aproxima da competição, da mercantilização e do ganho de poder (Knight, 2015).

Azevedo (2015) reitera que, assim como outros fenômenos sociais, a internacionalização não se dará de maneira homogênea e não conflituosa. É um espaço em disputa. Caso fundamentada na interculturalidade, que, nesse sentido, parece se aproximar de uma perspectiva crítica, a internacionalização da Educação Superior favoreceria, ao mesmo tempo, o respeito às manifestações culturais dos diversos povos e promoveria “a integração, a liberdade, a fraternidade, a justiça social e a igualdade substantiva” (Azevedo, 2015, p. 62).

Com vistas à contraposição dessas duas perspectivas de internacionalização, uma fundamentada na cooperação entre nações e outra guiada pela competitividade global, elaboramos uma representação gráfica, conforme ilustrado na imagem 1.

Imagen 1: Diferenças entre a internacionalização com foco na cooperação e na competição



Fonte: Adaptado de Azevedo (2015) e Knight (2015).

Não nos preocupamos, neste texto, em descrever as diferentes modalidades de internacionalização e a abrangência que possuem, visto que essa é uma discussão bastante complexa por si só, e poderá ser expandida em um próximo trabalho. O nosso foco está, necessariamente, no conceito de internacionalização intencionalmente escolhido pelas políticas e as implicações na proximidade a uma noção de colaboração em prol da melhoria educacional ou no atendimento de demandas mercadológicas diante da competitividade em escala global.

Logo, se consideramos a importância de uma formação humana integral, que transcendia a técnica pura e pragmática, e fomente nos sujeitos o reconhecimento do entorno social e uma atitude consciente (Dias Sobrinho, 2002), é essencial apontarmos as incongruências instauradas por uma educação guiada exclusivamente pelos interesses mercadológicos em escala global, ou por uma serventia profissional imediata que possam ter ao estudante (Azevedo, 2015; Laval, 2004).

Dessa maneira, defendemos uma internacionalização intencional, sistematizada e crítica. Esse processo não deve ser uma forma de captar capital estrangeiro e nem atender de forma irreflexiva as demandas mercadológicas, mas sim de preparar os sujeitos para a vida em um contexto globalizado e diverso. Para tanto, além de uma consciência dos jogos de poder envolvidos na efetivação da internacionalização, é necessário o desenvolvimento de uma perspectiva de diálogo intercultural, que viabilize a construção de relações de colaboração e descentralize a competitividade das vivências humanas (Azevedo, 2015).

Internacionalização da Educação Superior: o caso das políticas brasileiras

Na contemporaneidade, a internacionalização da Educação Superior passou a ser diretamente associada à competitividade econômica e às inovações científicas e tecnológicas, viabilizando a conquista de *status global* e o fortalecimento do *soft power* de nações e instituições. Essa dinâmica faz com que, como assevera Knight (2020, p. 41), seja crucial “examinar de perto as políticas, planos e prioridades dos atores principais como universidades, ministérios de governos, associações acadêmicas nacionais/regionais/internacionais e agências governamentais internacionais”, visto que, para a autora, as razões econômicas e políticas têm prevalecido como catalisadoras de políticas voltadas à internacionalização, enquanto as dimensões acadêmicas, sociais e culturais ficam em segundo plano.

Nesse sentido, torna-se indispensável analisar as políticas públicas brasileiras como forma de compreender as prioridades, conceitos explícitos e implícitos e decorrências presentes nesses documentos. Portanto, à luz da perspectiva de Knight (2020), colocamos em foco quatro políticas atreladas à internacionalização da educação superior, que serão apresentadas no quadro 1.

Quadro 1: Descrição das políticas elencadas para análise

Documento	Política	Objetivo geral
Lei n. 13.005/2014 (Brasil, 2014a)	Plano Nacional de Educação (PNE)	Estabelecer diretrizes e metas que orientem a educação brasileira (Brasil, 2014a).
Decreto n. 7.642/2011 (Brasil, 2011)	Programa Ciência sem Fronteiras (CsF)	Promover a mobilidade acadêmica internacional, favorecendo a formação de pessoas em instituições de

		excelência, com foco em áreas do conhecimento compreendidas como prioritárias (Brasil, 2011).
Criado com Portaria n. 973/2014 (Brasil, 2014b) e expandido pela Portaria n. 30/2016 (Brasil, 2016)	Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF)	Fomentar a formação e capacitação em idiomas, atendendo estudantes, professores e corpo técnico-administrativo de Instituições de Educação Superior e professores de rede pública. Também capacita estrangeiros em língua portuguesa (Brasil, 2016).
Portaria n. 220/2017 (Brasil, 2017)	Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil (Capes-PrInt)	Fortalecer a internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa brasileiros, com foco em Programas de Pós-Graduação (Brasil, 2017).

Fonte: Dados da pesquisa.

Primeiramente, gostaríamos de apontar que nenhuma das políticas apresenta um conceito explícito de internacionalização. Essa é uma questão problemática, pois, como discutido previamente, a internacionalização da Educação Superior é um campo em disputa, em que múltiplas rationalidades (políticas, econômicas, sociais e acadêmicas) guiam vários atores na efetivação do processo (De Wit; Hunter, 2015). Entretanto, ao não incluírem uma definição clara do que interpretam como internacionalização, as políticas deixam espaço aberto, e, por vezes, favorecem uma internacionalização semelhante à transnacionalização descrita por Azevedo (2015).

Desse modo, vamos tentar desvelar a concepção de internacionalização da Educação Superior adotada por cada um desses documentos a partir de seus objetivos. Trabalharemos, inicialmente, com a análise da nuvem de palavras exibida na Imagem 2.

Imagen 2: Nuvem de palavras construída a partir dos objetivos das políticas analisadas



Fonte: Dados da pesquisa.

A nuvem de palavras é um recurso visual que representa a frequência ou relevância de termos presentes em um determinado texto a partir de uma hierarquia de tamanhos. Após reunirmos os objetivos descritos explicitamente nos documentos analisados, contabilizamos as menções de cada palavra e, por fim, elaboramos a ilustração a fim de encontrar possíveis tendências e aproximações entre as políticas.

A nuvem de palavras evidencia a centralidade de termos como “pesquisa”, “internacional” e “cooperação”, sugerindo que as políticas analisadas priorizam uma perspectiva de internacionalização baseada na produção científica e na colaboração entre instituições. No entanto, a ausência de termos como “interculturalidade” e “diversidade” indica que essas políticas não enfatizam explicitamente um viés crítico ou transformador.

De uma maneira geral, os termos mais proeminentes na nuvem de palavras revelam que as políticas analisadas estão orientadas com ênfase tanto na competitividade global quanto na cooperação acadêmica.

Observamos que a interculturalidade não é mencionada de maneira explícita por nenhum dos documentos analisados. Entretanto, a inter-relação estabelecida entre as diversas culturas é um aspecto central no processo de internacionalização da Educação Superior, o que faz com que, a partir da inferência, pudéssemos compreender a perspectiva das políticas acerca desse fenômeno.

Quadro 2: Menções implícitas de interculturalidade nos objetivos das políticas analisadas

Menções implícitas de interculturalidade	
CsF	<p>Ampliar a participação e a mobilidade internacional de estudantes de cursos técnicos, graduação e pós-graduação, docentes, pesquisadores, especialistas, técnicos, tecnólogos e engenheiros, pessoal técnico-científico de empresas e centros de pesquisa e de inovação tecnológica brasileiros, para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, estudos, treinamento e capacitação em instituições de excelência no exterior.</p> <p>Criar oportunidades de cooperação entre grupos de pesquisa brasileiros e estrangeiros de universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa de reconhecido padrão internacional.</p> <p>Promover a cooperação técnico-científica entre pesquisadores brasileiros e pesquisadores de reconhecida liderança científica residentes no exterior por meio de projetos de cooperação bilateral e programas para fixação no País, na condição de pesquisadores visitantes ou em caráter permanente (Brasil, 2011, grifo nosso).</p>
IsF	<p>Ampliar a participação e a mobilidade internacional, para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, estudos, treinamentos e capacitação em instituições de excelência no exterior.</p> <p>Fortalecer o ensino de idiomas no país, bem como o de língua portuguesa do Brasil e cultura brasileira no exterior (Brasil, 2016, grifo nosso).</p>
PNE	<p>Consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa.</p> <p>Promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 2014a, grifo nosso).</p>
Capes-PrInt	<p>Estimular a formação de redes de pesquisas internacionais com vistas a aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculadas à pós-graduação.</p> <p>Promover a mobilidade de docentes e de discentes, com ênfase em doutorandos, pós-doutorandos e docentes, do Brasil para o exterior e do exterior para o Brasil, vinculados a Programas de Pós-Graduação stricto sensu. Fomentar a transformação das instituições participantes em um ambiente internacional (Brasil, 2017, grifo nosso).</p>

Fonte: Adaptado de Brasil (2011, 2014a, 2016, 2017).

O quadro 2 demonstra que as políticas analisadas priorizam a internacionalização como meio de estreitamento de relações institucionais e acadêmicas, sem um compromisso explícito com uma interculturalidade crítica. As palavras destacadas sugerem uma abordagem funcional (Walsh, 2010), voltada para a cooperação técnica e científica, com ênfase na competitividade global em vez da transformação estrutural das relações de poder.

Além disso, não são mencionadas as relações de poder e as desigualdades estruturais instauradas ou potencializadas pelo sistema hegemônico vigente.

Aprofundando nossa análise, buscamos organizar, no quadro 3, as menções implícitas e explícitas de competitividade nos objetivos das políticas analisadas:

Quadro 3: Menções implícitas e explícitas de competitividade nos objetivos das políticas analisadas

Menções implícitas e explícitas de competitividade	
CsF	Propiciar maior visibilidade internacional à pesquisa acadêmica e científica realizada no Brasil. Contribuir para o aumento da competitividade das empresas brasileiras. Estimular e aperfeiçoar as pesquisas aplicadas no País, visando ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação (Brasil, 2011, grifo nosso).
IsF	Promover, por meio da capacitação em diferentes idiomas, a formação presencial e virtual de estudantes, professores e corpo técnico-administrativo das IES e da RFPCT, e de professores de idiomas da rede pública de Educação Básica, bem como a formação e a capacitação de estrangeiros em língua portuguesa, conferindo-lhes a oportunidade de novas experiências educacionais e profissionais voltadas para a qualidade, o empreendedorismo, a competitividade e a inovação (Brasil, 2016, grifo nosso).
PNE	Aumentar qualitativa e quantitativamente o desempenho científico e tecnológico do País e a competitividade internacional da pesquisa brasileira , ampliando a cooperação científica com empresas, Instituições de Educação Superior – IES e demais Instituições Científicas e Tecnológicas – ICTs (Brasil, 2014a, grifo nosso).
Capes-PrInt	Estimular a formação de redes de pesquisa com vistas a aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculadas à pós-graduação (Brasil, 2017, grifo nosso).

Fonte: Adaptado de Brasil (2011, 2014a, 2016, 2017).

Averiguando os termos em destaque no quadro 3, é evidente que o desenvolvimento tecnológico, científico, acadêmico e empresarial estimulado por esses documentos está intrinsecamente vinculado ao aumento da competitividade e ascensão do país a uma posição de destaque na dinâmica global. Dessa forma, denota-se uma aproximação à lógica de mercado tão corriqueira na contemporaneidade, tal qual descrita por Dardot e Laval (2016), Harvey (2014) e Castells (2016).

Diante desse cenário, a internacionalização da Educação Superior, guiada quase que exclusivamente por uma racionalidade política e econômica, torna-se mais uma artimanha do sistema hegemônico, uma forma de perpetuar as disparidades exacerbadas com a globalização e de angariar cada vez mais capital estrangeiro, assim como aponta Azevedo (2015).

Considerações finais

Objetivamos, a partir deste estudo, investigar de que forma as políticas voltadas à Educação Superior brasileira caracterizam a internacionalização. E, tendo em vista a polissemia atrelada ao conceito

de internacionalização, destacamos a relevância de uma consciência crítica acerca das dinâmicas de poder social, econômico e político inerentes ao contexto contemporâneo, e suas influências – diretas ou indiretas – nos processos educacionais, incluindo a internacionalização da Educação Superior.

Não queremos aqui tomar uma posição contrária à internacionalização da Educação Superior. Apesar de desvelarmos alguns dos perigos atrelados a uma internacionalização mercantilizada e homogeneizadora, reiteramos as potencialidades do estabelecimento de um diálogo intercultural crítico que proporcione a colaboração mútua entre nações, com vistas ao desenvolvimento dos processos educativos superiores.

Por meio da análise documental construída neste estudo, foi possível constatarmos que boa parte das políticas brasileiras assume, explicitamente, a internacionalização como pressuposto de melhoria da qualidade da pesquisa e inserção do país na dinâmica global de produção e competitividade científica e tecnológica. Entretanto, programas como o Idioma sem Fronteiras revelam que, por vezes, as tentativas de incentivo à internacionalização não condizem com as circunstâncias existentes no país. Ainda no que tange à discussão das políticas, consideramos que as relações entre as culturas de diferentes nações, fenômeno propiciado por múltiplas formas de internacionalização, são pouco mencionadas, evidenciando a falta de atenção para essa questão tão significativa em um contexto globalizado.

Por fim, ao discutirmos propostas de internacionalização das universidades, estamos também trabalhando com a dimensão da interação social entre indivíduos, pessoas de vivências diferentes, e, por vezes, conflitantes. Além disso, em um sentido macro, estão em jogo as relações e hierarquias de poder construídas entre as nações ao longo do tempo histórico. Ignorar ou esconder possíveis impactos de uma internacionalização com viés mercadológico homogeneizador pode representar um grande risco para a qualidade educacional, ou ainda, para a própria formação de profissionais autônomos, que, apesar de cidadãos do mundo, ainda atuarão, majoritariamente, em um contexto local.

Fontes

- BRASIL. Decreto n. 7.642, de 13 de dezembro de 2011. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2011.
- BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2014a.
- BRASIL. Portaria n. 973, de 14 de novembro de 2014. Institui o Programa Idiomas sem Fronteiras e dá outras Providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2014b.
- BRASIL. Portaria n. 220, de 03 de novembro de 2017. Institui o Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil e dispõe sobre as diretrizes gerais do Programa. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2017.
- BRASIL. Portaria n. 30, de 26 de janeiro de 2016. Amplia o Programa Idiomas sem Fronteiras. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2016.

Referências

- ALTBACH, Philip; KNIGHT, Jane. The internationalization of Higher Education: motivations and realities. *Journal of Studies in International Education*, v. 11, n. 3-4, p. 2-5, 2007.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Internacionalização ou transnacionalização da educação superior: entre a formação de um campo social global e um mercado de ensino mundializado. *Crítica Educativa*, v. 1, n. 1, p. 56-79, jan./jun. 2015.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BODGAN, Robert; BIKLEN, Sari. *Investigação qualitativa em educação*: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BONETI, Lindomar Wessler Boneti. *Sociologia da educação no Brasil*: do debate clássico ao contemporâneo. Curitiba: PUCPRESS, 2018.

BONETI, Lindomar Wessler. *Políticas públicas por dentro*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2024.

CANDAU, Vera Maria et al. Educação em Direitos Humanos e formação de professores (as). São Paulo: Cortez, 2013.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE WIT, Hans; HUNTER, Fiona. The future of internationalization of higher education in Europe. *International Higher Education*, n. 83, p. 2-3, 2015.

DIAS SOBRINHO, José. *Universidade e avaliação*: entre a ética e o mercado. Florianópolis: Insular, 2002.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. *O neoliberalismo*: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

KNIGHT, Jane. *Internacionalização da educação superior*: conceitos, tendências e desafios. São Leopoldo: Oikos, 2020.

KNIGHT, Jane. Meaning, rationales and tensions in the internationalization of Higher Education. In: MCGRATH, Simon; GU, Qing (Orgs.). *Routledge handbook on international Education and Development*. Londres: Routledge, 2015, p. 345-359.

KNIGHT, Jane. Updating the definition of internationalization. *International Higher Education*, n. 33, p. 2-3, 2003.

LAVAL, Christian. *A Escola não é uma empresa*: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

SANTOS, Fernando Seabra; ALMEIDA FILHO, Naomar de. *A quarta missão da universidade*: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fática; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. *Perspectiva*, v. 23, n. 2, p. 427-446, 2005.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y educación intercultural. In: VIAÑA, Jorge; TAPIA, Luis; WALSH, Catherine (Orgs.). *Construyendo interculturalidad crítica*. La Paz: Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, 2010, p. 75-96.

WALSH, Catherine. *La educación intercultural en la educación*. Lima: Ministerio de Educación, 2001.